

PAINEL DO SENADO

STF intimou ACM e Arruda

A situação do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) está cada vez mais complicada. Depois de ter seu nome envolvido no caso dos grampos ilegais na Bahia, o ex-presidente do Senado Federal terá agora que se defender de outra acusação no Supremo Tribunal Federal (STF).

A ministra do STF Ellen Gracie determinou na quinta-feira que o senador Antônio Carlos Magalhães e o deputado federal José Roberto Arruda (PFL-DF) apresentem, em um prazo de 15 dias, suas defesas à denúncia oferecida pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, por quebra do sigilo do painel eletrônico de votação do Senado.

O processo investiga a violação do sigilo do painel do Senado Federal na sessão secreta de votação de cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão (então filiado ao PMDB-DF), realizada em 28 de junho de 2000. A sessão que resultou na cassação de Luiz Estevão.

Relatora do inquérito no STF aberto para investigar a acusação, Ellen Gracie despechou os pedidos de notificação de Antônio Carlos Magalhães, de Arruda e também da ex-diretora-executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) Regina Célia Peres Borges, incluída na denúncia de Brindeiro encaminhada no dia 27 ao STF.

15 MAR 2003

Quebra de sigilo é crime de violação

O despacho do procurador-geral da República, Brindeiro, diz que a quebra de sigilo do painel pode ser enquadrada em artigos no Código Penal que tratam dos delitos de supressão de documentos e violação de sigilo funcional.

Pela legislação, os denunciados podem ser condenados a cumprir pena de até seis anos de prisão e pagar multa. Arruda e ACM podem ainda ter suspensos seus direitos políticos enquanto durar a pena. A Procuradoria Geral da República deu parecer pela ratificação da denúncia, tendo em vista a subida dos autos ao STF.

Por causa do escândalo do painel de votação do Senado, Antônio Carlos Magalhães e Arruda tiveram que renunciar para não terem seus mandatos cassados, mas recuperaram vagas no Congresso Nacional nas eleições de outubro do ano passado. ACM voltou para o Senado, e Arruda foi para a Câmara. Arruda obteve, nas eleições, mais de 300 mil votos no DF, uma das maiores votações proporcionais do país.

Na próxima terça-feira, o Conselho de Ética colocará em votação o recurso do PT que pede a investigação do suposto envolvimento de Antônio Carlos Magalhães no caso do grampo.

Se a investigação do Conselho obtiver provas de quebra de decoro parlamentar por parte do senador, poderá oferecer à Mesa-Diretora do Senado requerimento pedindo a cassação do seu mandato.